

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS: DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS DA AGENDA 2030

César dos Santos Moreira, IFMG, <https://orcid.org/0000-0002-3118-0839>, Brasil,
cesar.moreira@ifmg.edu.br

Dalgiza Andrade Oliveira, UFMG, <https://orcid.org/0000-0002-0814-6325>, Brasil,
dalgizamg@gmail.com

Marília de Abreu Martins de Paiva, UFMG, <https://orcid.org/0000-0002-0155-4043>, Brasil,
biblio.marilia@gmail.com

Exo: Impactos Sociais

1 Introdução

O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem transformado radicalmente a forma como a informação é acessada, processada e compartilhada, tornando-se um tema central nas discussões dos campos de investigação da Biblioteconomia e Ciência da Informação. A ubiquidade da informação, impulsionada por essas tecnologias, afeta os diversos setores da sociedade, demandando novas abordagens para sua gestão e disseminação.

Reflete-se que os avanços tecnológicos por si só não asseguram o acesso universal à informação, especialmente para as populações periféricas que permanecem marginalizadas dos processos de desenvolvimento social. Ainda, a relevância das TIC para a construção de uma sociedade fundamentada no conhecimento é incontestável, mas sua eficácia depende de estratégias que garantam inclusão e equidade.

No contexto social, a informação desempenha um papel essencial na autonomia dos indivíduos e na efetivação dos seus direitos ao viabilizar sua participação ativa na sociedade. Compreende-se que o empoderamento, como processo de emancipação individual e coletiva,

está diretamente relacionado ao acesso à informação, aspecto que possibilita aos sujeitos tomarem decisões informadas e atuarem na transformação das relações políticas, sociais e culturais. Assim, garantir esse acesso aos sujeitos é essencial para promover a equidade social.

A discussão sobre o ecodesenvolvimento, movimento que vem sendo ressignificado desde os anos de 1960 e fortemente impulsionado na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo (Suécia) em 1972, lançou luz sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais, tendo em vista a sobrevivência de todas as formas de vida no planeta.

O avançar dessa discussão culminou, em 2015, com o lançamento da Agenda 2030 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). A Agenda 2030 é compromisso global com a sustentabilidade e a equidade construído pelos seus 193 Estados-membros que contempla 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas com foco na erradicação da pobreza e na promoção de uma vida digna a todos.

Como marcos históricos, a Agenda 2030 foi precedida pela Agenda 21 – objetivava a

proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica – e pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – focados no desenvolvimento humano via a eliminação da extrema pobreza e da fome do planeta.

A ideia do ecodesenvolvimento foi abraçada pela Agenda 2030, estabelecendo um horizonte de possibilidades para a transformação do modelo de desenvolvimento vigente, ao confrontar os aspectos econômico, social e ambiental como dimensões essenciais ao desenvolvimento sustentável. Em harmonia, essas três dimensões demandam a reestruturação da economia mundial visando à preservação do meio ambiente e à garantia de recursos para as gerações futuras. Esse pacto global vislumbra um modelo de desenvolvimento que seja mais sustentável e inclusivo.

No cerne do debate da Agenda 2030, a alocação de recursos para a implementação dos ODS requer um redirecionamento das prioridades globais, enfatizando investimentos em desenvolvimento sustentável em detrimento de gastos com armamentos e conflitos militares.

Quando se trata de ecodesenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente debatido na literatura, evidencia as contradições do sistema capitalista, que frequentemente instrumentaliza as relações sociais em prol do lucro. O modelo econômico em vigor impõe desafios à sustentabilidade, ao passo que a Agenda 2030 propõe uma mudança paradigmática, orientada para a adoção de valores e práticas voltados ao bem-estar coletivo e à preservação dos recursos naturais.

Nesse processo, o acesso à informação surge como um pilar fundamental para a implementação dos 17 ODS elencados pela ONU elencados na Agenda 2030. Acrescenta-se a esses objetivos o ODS 18, lançado pelo governo do Presidente Lula em 2023, que versa sobre as questões étnico-raciais, tema urgente e que surge da necessidade de enfrentamento a um dos principais problemas que impacta o

desenvolvimento do país: o racismo e a desigualdade.

Nessa conjuntura, as bibliotecas públicas emergem, como agentes de transformação social, desempenham um papel ativo na formação cidadã e na ampliação das possibilidades de participação social, assim como na promoção da inclusão informacional e contribuindo para a consecução dos ODS. Ao oferecerem acesso facilitado a informações de interesse coletivo, contribuem para a materialização dos princípios do desenvolvimento sustentável, que não esgotam os recursos naturais, tornando-os perenemente disponíveis. Portanto, discutir sua relevância para a implementação da Agenda 2030 é essencial, sobremaneira para compreender como podem influenciar o desenvolvimento sustentável em seus contextos de atuação.

Diante dos desafios globais e da necessidade de um planejamento estratégico para a sustentabilidade, a gestão dos serviços de informação nas bibliotecas públicas deve ser repensada. A materialização dos ODS depende de políticas e práticas que assegurem o acesso equitativo à informação, com vistas a promoção do desenvolvimento humano e da participação cidadã.

As reflexões apresentadas neste texto são parte de uma pesquisa de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPGGOC) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. A narrativa teve como objetivo discutir a atuação das bibliotecas públicas no Estado de Minas Gerais com base nos ODS da Agenda 2030. A questão de investigação que orientou a discussão foi “como as bibliotecas públicas de Minas Gerais atuam em relação aos ODS da Agenda 2030?”.

Reflete-se que a *Biblioteconomia* e a *Ciência da Informação* se posicionam como áreas de investigação fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, em que a promoção do acesso à informação e da construção do conhecimento se convertem em

ferramentas de emancipação e progresso social das comunidades. Nesse contexto, as bibliotecas públicas também são potencializadas, tendo em conta as reflexões em torno de políticas e práticas que ampliem o acesso à informação, especialmente para as comunidades periféricas. Além disso, a integração das bibliotecas com as redes comunitárias e as organizações sociais fortalece seu impacto na promoção da cidadania e no desenvolvimento sustentável.

2 As Bibliotecas Públicas no Contexto Brasileiro

As bibliotecas públicas no Brasil possuem uma história que remonta ao período colonial, quando o acesso à informação era restrito às elites, e os livros eram mantidos em coleções privadas ou em instituições religiosas. A criação da Biblioteca Nacional em 1810, a partir da transferência da Real Biblioteca Portuguesa para o Brasil, foi um marco fundamental na democratização do acesso ao conhecimento materializado nos livros.

Lins (2021) destaca que no início do século XIX, embora já houvesse uma demanda por espaços públicos de acesso ao conhecimento, como bibliotecas, o alto índice de analfabetismo no Brasil impediu o uso democrático desses serviços, utilizados apenas por uma elite masculina. A exclusão de grande parte da população, especialmente mulheres e crianças, refletia tanto a desigualdade de gênero quanto a ausência de políticas efetivas de alfabetização e inclusão social.

No entanto, foi apenas ao longo do século XX que as bibliotecas públicas começaram a ser vistas como instrumentos essenciais de democratização da informação e promoção da cidadania (Lins, 2021). Nesse curso desse processo ocorreu a formalização da política nacional para bibliotecas públicas com a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) – Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992, coordenado pelo Ministério da Cultura (Brasil, 1992). Essa iniciativa teve como objetivo estruturar e integrar as bibliotecas em uma rede de apoio técnico, normativo e

financeiro, promovendo ações de incentivo à leitura, atualização de acervos e capacitação de profissionais.

É preciso considerar que na historicidade das bibliotecas públicas brasileiras registram-se muitas dificuldades relativas à criação e manutenção, à política de crescimento e atualização do acervo e contratação de pessoal. Nesse sentido, Lins (2021, p. 239) pondera:

De modo geral, o poder público tem-se mantido presente, promovendo a abertura de novas bibliotecas públicas, porém, poucas são as condições oferecidas para que elas se desenvolvam e desempenhem a sua missão.

Apesar dos avanços proporcionados pelo SNBP, os desafios persistem, incluindo a necessidade de investimentos contínuos, modernização tecnológica e fortalecimento das políticas públicas. Reflexões de Lins (2021) e Menegale (2022) apontam que várias das queixas feitas no ano ainda permanecem como reivindicações atuais dos gestores de muitas bibliotecas públicas. A principal razão está relacionada à falta de recursos.

Para além dos desafios, autores como Cunha (2003), Paiva (2008) e Bernardino e Suaíden (2011) expressam que as bibliotecas públicas têm desempenhado um papel crucial na promoção do acesso à informação e no desenvolvimento de práticas educativas e culturais. Essas instituições são vistas como agentes de transformação social, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas.

As diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) (Koontz & Gubbin, 2013) e o *IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022* (IFLA, 2022) reforçam essa perspectiva, destacando que as bibliotecas públicas devem ser instituições inclusivas, acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de classe social, gênero, etnia ou religião. No Manifesto, a IFLA (2022) enfatiza a importância dessas instituições na promoção da liberdade intelectual, no apoio à

educação formal e informal e na preservação do patrimônio cultural.

No Brasil, essas diretrizes influenciaram a formulação de políticas públicas e práticas bibliotecárias, incentivando a criação de espaços democráticos de acesso à informação e à cultura. As bibliotecas públicas, sob essa ótica, tornam-se instrumentos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, estudos como os de Paiva (2008), Lins (2021) e Rocha (2019) sobre a escassez de políticas públicas para as bibliotecas e que impacta de forma negativa o seu objetivo, ressaltam a importância de considerar o papel dessas instituições públicas na promoção dos ODS, especialmente no que se refere à redução das desigualdades (ODS 10), ao acesso à educação de qualidade (ODS 4) e ao fortalecimento das instituições (ODS 16). A aplicação das diretrizes da IFLA nas bibliotecas públicas de Minas Gerais tem sido pontual, com algumas iniciativas de inclusão digital, preservação cultural e incentivo à leitura, mas ainda há um grande potencial de expansão dessas ações.

Embora possuam uma estrutura consolidada em termos de rede, as bibliotecas públicas em Minas Gerais precisam de maior apoio institucional e financiamento adequado para desenvolver projetos alinhados às diretrizes internacionais e às metas estabelecidas pela Agenda 2030. A criação de políticas específicas que integrem as diretrizes da IFLA com os objetivos locais pode potencializar o impacto dessas instituições na promoção do desenvolvimento sustentável e no fortalecimento da cidadania.

2.1 Políticas para as Bibliotecas Públicas Brasileiras

As bibliotecas públicas desempenham um papel crucial na democratização do acesso à informação, na preservação da memória cultural e na promoção da inclusão social. A consolidação de políticas públicas voltadas para essas instituições é fundamental para garantir a universalização do acesso à

informação e o fortalecimento da cidadania, como destaca Ferraz (2015).

Entretanto, ao falar da fragilidade das bibliotecas públicas brasileiras, em razão do país não ter avançado na formalização de marcos legais para a constituição e manutenção desses equipamentos, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) (2019, p. 141) afirma que:

O país tem uma lei para o livro, tem uma lei para o fomento da leitura e escrita, entretanto não tem uma lei específica que garanta a existência e o bom funcionamento de bibliotecas públicas em seu território, coerente com a sua realidade, realidade está marcada pela grandeza territorial e pela diversidade cultural, econômica e social. Uma lei que estabeleça parâmetros para a sua criação e funcionamento, e que garanta investimentos financeiros contínuos para a sua manutenção.

Enfatizando a importância da formulação de políticas públicas como políticas de Estado, Ferraz (2015) destaca também que o investimento contínuo nas bibliotecas públicas deve ser prioridade, mesmo diante de desafios financeiros, devido ao seu papel social. Além disso, aponta que a ausência de regulamentação fragiliza a execução e permanência das políticas públicas na área.

Rocha (2019), ao discutir a influência do pensamento neoliberal na formulação das políticas públicas para as bibliotecas, aponta que a redução dos investimentos sociais afeta diretamente o funcionamento dessas instituições. O caráter assistencialista e paternalista das políticas públicas, além da carência de pessoal qualificado e da descontinuidade de ações e programas para essa área são fatores limitantes para o desenvolvimento das bibliotecas públicas.

Ao analisar a relação entre bibliotecas públicas e políticas públicas, Lins (2016) ressalta que a falta de uma diretriz clara prejudica a consolidação dessas instituições como agentes de desenvolvimento social. Nesse sentido,

propõe uma abordagem que integre as bibliotecas ao planejamento estratégico de desenvolvimento das comunidades, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Na mesma perspectiva de análise, Paiva (2008) identifica a ausência de uma "lei de bibliotecas" como um fator que compromete a sustentabilidade das bibliotecas públicas, destacando que as políticas para o setor frequentemente priorizam o livro como objeto, em vez de reconhecer as bibliotecas como espaços sociais estratégicos. Essa abordagem contribui para a invisibilidade das bibliotecas públicas na condição de agentes de transformação social. Ademais, essa situação impede a universalização das bibliotecas no território brasileiro, sobretudo em municípios pequenos e em áreas de vulnerabilidade social. Nessa conjuntura, a descontinuidade administrativa, provocada por mudanças de governo, compromete a execução de programas e projetos para impulsionar essas instituições, resultando na precarização dos serviços prestados de informação à comunidade.

Outro aspecto abordado por Paiva (2008), é a carência de bibliotecários para atuar na gestão e desenvolvimento das bibliotecas públicas. Como caminho, a proposição é a implementação de políticas que garantam a contratação de profissionais qualificados, além de programas de capacitação contínua, como estratégia para fortalecer o papel das bibliotecas como espaços de inclusão social e promoção da cidadania.

À despeito das diretrizes propostas pela IFLA/UNESCO no Manifesto, a FEBAB (2019) pondera que o governo brasileiro não conseguiu garantir a existência de bibliotecas públicas em número suficiente, com serviços de qualidade, para atender as demandas de informação e leitura da população. Não houve avanços na ampliação e fortalecimento das bibliotecas públicas no país, ao contrário, muitas dessas instituições que obtiveram investimentos ou foram priorizadas pelo poder público no passado, vêm sofrendo sucessivas

descontinuidades, a exemplo das bibliotecas parque do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar das bibliotecas públicas serem estratégicas, a situação desses equipamentos é preocupante aos anseios do processo de desenvolvimento sustentável, posto que "marca e expõe o atraso do país em relação à democratização do acesso à leitura, à informação e ao conhecimento, direitos dos cidadãos, garantidos na Constituição de 1988" (FEBAB, 2019, p. 141).

2.2 Políticas nacionais para o desenvolvimento das bibliotecas públicas

A construção de políticas públicas para bibliotecas no Brasil tem suas bases no período republicano, mas se fortaleceu a partir da década de 1930, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937 (Brasil, 1937). De acordo com Paiva (2008), Ferraz (2015) e Rocha (2019), o INL foi um órgão importante para o desenvolvimento da política para as bibliotecas públicas no Brasil, sendo responsável por planejar e coordenar a criação de bibliotecas em todo o território nacional. Sua missão era incentivar a leitura, promover a difusão do livro e fornecer apoio técnico e financeiro para a criação e manutenção de bibliotecas públicas.

Ao longo de sua existência, o INL desempenhou um papel importante na institucionalização das bibliotecas públicas, especialmente por meio de programas de doação de acervos e da capacitação de bibliotecários. O órgão também estabeleceu parcerias com governos estaduais e municipais para ampliar o acesso ao livro e à leitura.

Contudo, a atuação do INL sofreu descontinuidade ao longo dos anos, especialmente devido à falta de recursos financeiros e às mudanças na política governamental. Em uma perspectiva crítica sobre o INL, Paiva (2008) reflete que apesar de seu papel na institucionalização das bibliotecas públicas no Brasil, o órgão priorizou o fortalecimento da indústria editorial em detrimento da criação e manutenção de bibliotecas. Como política pública, a atuação

do INL estava mais voltada para a integração nacional, com uma perspectiva cultural elitizada, do que para a resolução efetiva dos problemas enfrentados pelas bibliotecas públicas.

Segundo Araújo (2002), a ausência de investimentos contínuos contribuiu para a extinção do INL nos anos de 1990, deixando uma lacuna na coordenação das políticas para bibliotecas públicas, fato que impactou diretamente o desenvolvimento dessas instituições no país. Apesar disso, o legado do INL permanece como um marco na história das bibliotecas públicas brasileiras, sendo uma referência para a formulação de políticas públicas na área.

Atualmente, a principal normativa que rege as bibliotecas públicas é a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 (Brasil, 2003), que instituiu a Política Nacional do Livro. Essa legislação tem como objetivos a democratização do acesso ao livro, fomento à criação literária e estímulo à formação de leitores. Posteriormente, essa lei foi complementada pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018 (Brasil, 2018), que criou a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). A PNLE estabeleceu diretrizes para a universalização do acesso à leitura e o fortalecimento das bibliotecas públicas e comunitárias como equipamentos culturais essenciais para o desenvolvimento humano e social.

É importante destacar que a Política Nacional do Livro e a Política Nacional de Leitura e Escrita trouxeram avanços ao reconhecer a importância das bibliotecas públicas e comunitárias. Entretanto, essas normativas são reedições das perspectivas trazidas pelo INL, mas que não resolveram os problemas que cercam as bibliotecas públicas. Elas apresentam um viés excessivamente voltado para o mercado editorial, sem garantir mecanismos eficazes para a expansão e fortalecimento dessas instituições. Sua implementação não incluiu diretrizes claras sobre o financiamento contínuo para as bibliotecas e sobre a capacitação dos seus profissionais. A falta de instrumentos regulatórios efetivos prejudica a execução de

suas diretrizes, comprometendo sua efetividade como política pública.

Outro marco normativo relevante foi o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992 (Brasil, 1992), que definiu diretrizes para a implantação de bibliotecas públicas em municípios que não contavam com esses equipamentos culturais. Também, possibilitou a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), um avanço na coordenação de políticas para bibliotecas públicas no país.

Anteriormente vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e atualmente subordinado ao Ministério da Cultura, o SNBP tem como objetivo promover a criação, modernização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Atua na articulação entre as bibliotecas públicas e comunitárias municipais e estaduais, promovendo a capacitação de profissionais, o desenvolvimento de acervos e a implementação de serviços bibliotecários para a comunidade. Ainda, é responsável por coordenar programas de incentivo à leitura, apoiar a criação de novas bibliotecas e fomentar a cooperação entre as bibliotecas públicas existentes. Entre as principais iniciativas do SNBP, destacam-se o Programa de Implantação de Bibliotecas Públicas (PIBP) e o Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas (PMBP), que visam ampliar o acesso à informação e fortalecer o papel das bibliotecas como centros de desenvolvimento comunitário.

Como as demais políticas para as bibliotecas, esse Decreto não teve força para estabelecer mecanismos efetivos de cooperação entre os entes federativos, resultando em ações isoladas e desarticuladas. Também não prevê um modelo de governança eficiente ou um orçamento estável para a manutenção dos sistemas de bibliotecas públicas existentes, impactando a articulação efetiva entre os entes federativos na implementação de políticas integradas e sustentáveis.

Ferraz (2015) ressalta a importância do SNBP para a gestão e coordenação das bibliotecas públicas no Brasil. No entanto, destaca que

esse órgão, apesar de seu papel na estruturação da rede nacional de bibliotecas, enfrenta desafios como a ausência de dados objetivos para a avaliação situacional das bibliotecas e a carência na tradição de coleta de dados estatísticos. Essa deficiência compromete a capacidade do SNBP de comunicar o valor social das bibliotecas públicas e de realizar um planejamento estratégico adequado.

Apesar de sua importância, é relevante frisar que o SNBP, assim como as demais políticas para o setor, enfrenta desafios relacionados à descontinuidade administrativa, à falta de recursos financeiros e à baixa integração entre os diferentes níveis de governo. A criação de mecanismos legais que garantam a sustentabilidade do sistema é fundamental para fortalecer sua atuação e ampliar o acesso à informação em todo o país.

2.3 Políticas para a bibliotecas públicas em Minas Gerais

No contexto local, as políticas para as bibliotecas públicas em Estado de Minas Gerais são norteadas por diversas normativas, com base nas políticas nacionais, destacando-se:

- i- o Decreto nº 23.512, de 30 de novembro de 1984, institucionalizou o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais (SEBP-MG), com o objetivo de fortalecer e integrar a rede de bibliotecas do estado, além de promover as políticas de incentivo à leitura, formação de bibliotecários e modernização das bibliotecas;
- ii- a Lei nº 18.312, de 20 de agosto de 2009, institui a Política Estadual do Livro, com vistas a promover a leitura e assegurar a criação, modernização e manutenção de bibliotecas públicas no Estado. Essa normativa atribui ao SEBP-MG o papel de promover e incentivar a leitura e o acesso ao livro em Minas Gerais;
- iii- o Decreto nº 48.649, de 28 de março de 2023, vinculou o SEBP-MG à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (DLLLLB), órgão subordinado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT), bem como atribuiu a essa Diretoria a execução da Política Estadual do

Livro, a articulação das bibliotecas públicas e comunitárias, a implementação de programas de capacitação para bibliotecários e ações de estímulo à leitura em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Com o mesmo viés nacional, as normativas em Minas Gerais não estabeleceram mecanismos concretos de financiamento contínuo para bibliotecas públicas, fato que compromete a efetivação das diretrizes previstas na lei e que pode gerar descontinuidade nas políticas de incentivo à leitura, na atualização dos acervos e na estruturação das bibliotecas públicas para a prestação dos serviços de informação.

Apesar dessas iniciativas serem indicadores para as bibliotecas públicas mineiras, é necessário mencionar que essas instituições enfrentam os já conhecidos desafios estruturais: a falta de recursos financeiros, a ausência de profissionais qualificados e em quantitativo suficiente e a precariedade dos acervos.

Ferraz (2015), ao estudar as políticas estaduais para as bibliotecas públicas, demonstrou que, apesar dos avanços obtidos com a criação do SEBP-MG, as bibliotecas públicas mineiras ainda enfrentam inúmeros desafios. Além daqueles anteriormente mencionados, incluem também a desatualização dos acervos e a necessidade de maior integração com as políticas públicas de educação e cultura.

No âmbito da DLLLLB, ainda há dificuldades na execução das ações previstas, especialmente em comunidades com poucos recursos. A carência de pessoal especializado, a falta de infraestrutura e ausência de uma rede de cooperação bem articulada entre os municípios também são barreiras para o fortalecimento das bibliotecas públicas no estado. Essas condicionantes impactam a atuação do SEBP-MG, permanecendo os desafios para sua implementação efetiva.

Sem esquecer que as políticas para as bibliotecas públicas até então implementadas representam a precarização constante dessas instituições, é possível destacar que as situações apontadas constituem oportunidade de melhorias, se avaliadas como aspectos para

mudanças. As normativas elencadas representaram iniciativas pioneiras na formulação de políticas voltadas para o fomento da leitura e do livro, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, assim como contribuíram para a criação de bibliotecas públicas e para a ampliação do acesso ao conhecimento em um período em que a democratização da informação ainda é limitada.

Essas normativas reconhecem o livro como um bem cultural essencial para o desenvolvimento social e a leitura como um direito fundamental e como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento humano. Além disso, procurou estabelecer diretrizes para a criação e fortalecimento de bibliotecas públicas e comunitárias, mesmo que alguém do considerado ideal.

Pontua-se que a criação do SEBP-MG representou significativa importância na ampliação da coordenação e articulação das bibliotecas públicas em âmbito local, permitindo maior organização e planejamento das políticas para o setor, bem como contribuiu para a modernização e expansão das bibliotecas públicas no Estado.

2.4 As bibliotecas e os objetivos do desenvolvimento sustentável

A Agenda 2030 é um compromisso assumido por 193 países para alcançar um mundo melhor até 2030, estabelecida em setembro de 2015, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Agenda 2030 é um marco inclusivo integrada por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que englobam o desenvolvimento econômico, ambiental e social. Entre os principais objetivos, destacam-se:

- Erradicação da pobreza em seus vários estágios;
- Agricultura sustentável e fome zero;
- Saúde e bem-estar;
- Educação de qualidade;
- Igualdade de gênero;

- Água potável e saneamento;
- Energia limpa e acessível;
- Crescimento econômico e trabalho digno.

No arcabouço dos ODS da Agenda 2030, a IFLA (2015, *on-line*) acredita que as bibliotecas são instituições fundamentais para se alcançar esses objetivos, por meio do acesso público à informação.

As comunidades que têm acesso à informação relevante e no tempo certo estão melhor posicionadas para erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar a agricultura, proporcionar educação de qualidade e promover a saúde, a cultura a pesquisa e a inovação.

Sabendo do papel fundamental das bibliotecas em apoio à implementação dos ODS, a IFLA (2015) destaca diversas diretrizes e apontamentos para que essas instituições atuem como agentes de transformação social. Destacam-se os seguintes serviços:

- Acesso livre e equitativo à informação: Bibliotecas devem garantir acesso aberto e democrático à informação, permitindo que todas as pessoas possam usufruir de conhecimentos essenciais para seu desenvolvimento;
- Apoio à alfabetização e à educação ao longo da vida: Promover programas de alfabetização básica e digital, além de apoiar a educação formal e informal, contribuindo para o aprendizado contínuo;
- Redução das desigualdades sociais e digitais: Oferecer acesso à tecnologia, internet e recursos digitais para comunidades carentes, ajudando a diminuir a exclusão digital;
- Fomento à inovação e ao desenvolvimento econômico: Apoiar empreendedores e pequenas empresas com informações, treinamentos e espaços colaborativos para inovação;
- Preservação da cultura e promoção da diversidade: Salvar o patrimônio cultural local, promovendo a diversidade linguística e incentivando a produção cultural comunitária;

- Espaços seguros e inclusivos: Criar ambientes acolhedores, promovendo inclusão social, respeito à diversidade e acesso a serviços para todos os grupos sociais;
- Parcerias e articulação com governos e organizações: Trabalhar em conjunto com autoridades locais, ONGs e outras instituições para fortalecer políticas públicas de acesso à informação e desenvolvimento sustentável.

Vistas como promotoras da inclusão, cidadania, conhecimento e inovação, as bibliotecas públicas são ferramentas essenciais para o alcance dos ODS, conforme aponta a IFLA (2015). Nesse sentido, essa instituição reforça que os investimentos pelo poder público nesses espaços contribuem diretamente para o crescimento sustentável e a equidade social.

Acerca disso, no documento *IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022*, a IFLA (2022) destaca a importância das bibliotecas públicas na promoção dos ODS da Agenda 2030 da ONU. Essas instituições são reconhecidas como basilares para o desenvolvimento sustentável, oferecendo acesso livre e igualitário à informação, educação e cultura, elementos fundamentais para sociedades democráticas e informadas.

Entre as principais diretrizes para as bibliotecas públicas relacionadas aos ODS, a IFLA (2022) enfatiza:

- Acesso à informação e ideias: as bibliotecas devem fornecer acesso a uma ampla gama de informações e ideias, livres de censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis, além de promover a aprendizagem ao longo da vida;
- Desenvolvimento criativo pessoal: oferecer oportunidades para o desenvolvimento criativo dos indivíduos, estimulando a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia;
- Promoção de hábitos de leitura: incentivar e fortalecer os hábitos de leitura desde a infância até a vida adulta, contribuindo para

a formação de cidadãos críticos e informados;

- Atividades de alfabetização: participar e apoiar programas de alfabetização que desenvolvam habilidades de leitura e escrita, além de facilitar o desenvolvimento de competências em mídia, informação e habilidades digitais para todas as idades;
- Serviços presenciais e digitais: oferecer serviços à comunidade tanto presencialmente quanto remotamente, utilizando tecnologias digitais para ampliar o acesso à informação.

Compreende-se, a partir desses apontamentos, que o cumprimento dessas diretrizes e considerando as missões-chave dos serviços bibliotecários – relativas à informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e a cultura, as bibliotecas públicas contribuem diretamente para a construção de sociedades mais equitativas, humanas e sustentáveis, alinhando-se aos ODS e promovendo o bem-estar individual e coletivo.

É preciso ponderar que as bibliotecas públicas no Brasil enfrentam desafios estruturais, como falta de financiamento, recursos humanos limitados e infraestrutura inadequada, aspectos que dificultam a plena implementação dos ODS. Sozinhas, essas instituições não conseguem mobilizar os recursos necessários para essa finalidade.

No entanto, se os investimentos públicos alcançarem as bibliotecas públicas, elas poderão apoiar programas de alfabetização, inclusão digital, preservação cultural e acesso à informação, contribuindo significativamente para os objetivos da Agenda 2030. Iniciativas locais, parcerias com instituições e políticas públicas são estratégias de incentivo substanciais para que essas instituições consigam ampliar o seu impacto social e superar as desigualdades regionais que assolam a comunidade usuária dos seus serviços de informação.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é qualitativa e exploratória, buscando compreender como as bibliotecas

públicas mineiras, vinculadas ao SEBP-MG, têm incorporado os ODS da Agenda 2030. Utilizou-se a revisão narrativa da literatura para embasar teoricamente a investigação, além de levantamento documental, bibliográfico e verbal.

A coleta de dados foi por meio de questionários eletrônicos enviados a 691 bibliotecas públicas de Minas Gerais. Após várias tentativas de contato e redefinição da amostra, a pesquisa compreendeu 26 bibliotecas públicas (Quadro 1). Também foram realizadas entrevistas com oito gestores desses equipamentos.

Quadro 1: Perfil das bibliotecas públicas

BIBLIOTECA	MUNICÍPIO	REGIÃO DO ESTADO
Ler é Preciso	Aimorés*	Região do Rio Doce
Prof. Tyndaro Correa da Costa	Luz*	Região Centro-Oeste
Juscelino Kubitschek de Oliveira	Uberlândia***	Região do Triângulo Mineiro
René Lepesqueur	Paracatu**	Região Noroeste
Jornalista Virgílio Carlos	Ouro Branco**	Região Central
Leonor de Aguiar Batista	Betim***	Região Metropolitana de BH
Alencar Assis	São Sebastião do Paraíso**	Região Sul de Minas
Prof. Caetano de Faria	Guarda-Mor*	Região Noroeste
Benjamim Lemos	Mariana**	Região Central
Djalma Andrade	Congonhas**	Região Central
Antenor Ayres Vianna	Santos Dumont**	Região Zona da Mata
Aurélio Camilo	Nova Serrana**	Região Centro-Oeste
Francisco Badaró Júnior	Nanuque**	Região do Mucuri
Afonso Lopes de Almeida	Passa Quatro*	Região Sul de Minas
Prof. Luiz Balbino	Entre Rios de Minas*	Região Central
Dr. Edson Diniz	Contagem***	Região Metropolitana de BH
D. Maria José Jacques Penido	Belo Vale*	Região Central
Lafayette Rodrigues Pereira	Conselheiro Lafaiete**	Região Central
Jornalista Assis Chateaubriand	João Monlevade**	Região Central

João XXIII	Patos de Minas**	Região Alto Paranaíba
Centenário	Poços de Caldas**	Região Sul de Minas
Prof. Júlio Bonazzi	Poços de Caldas**	Região Sul de Minas
Theodomiro Magnamo	Itueta*	Região do Rio Doce
Ataliba Lago	Divinópolis***	Região Centro-Oeste
Joaquim Ribeiro Costa	Conceição do Mato Dentro*	Região Central
Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais	Belo Horizonte***	Região Centro-Sul

a) Porte municipal estimado conforme número de habitantes: *Pequeno até 50 mil; **Médio, entre 50–200 mil; ***Grande, acima de 200 mil.

b) As bibliotecas municipais são vinculadas às secretarias de cultura dos municípios. A biblioteca estadual é vinculada à Secretaria de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Acerca do tratamento dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). As categorias de análise foram construídas com base no Manifesto da Biblioteca Pública da IFLA/UNESCO, conforme se segue:

- **Missões da Biblioteca Pública**
→ *Eixos*: informação, inclusão, educação, participação cívica.
→ *Exemplo de codificação*: “Realização de rodas de leitura” → inclusão e formação de leitores.
- **Redes, Legislação e Financiamento**
→ *Eixos*: acesso físico/digital, apoio legal, articulação em rede.
→ *Exemplo de codificação*: “Disponibilidade de orçamento próprio” → ausência de financiamento.
- **Funcionamento e Gestão**
→ *Eixos*: políticas de informação, prioridades locais, gestão participativa.
→ *Exemplo de codificação*: “Adaptação de ações com base nas demandas da comunidade” → participação social.
- **Parcerias e Serviços**
→ *Eixos*: cooperação com escolas, ONGs, secretarias.
→ *Exemplo de codificação*: “Firmação de parceria com escola para alfabetização de adultos” → ação intersetorial.

• ODS e Agenda 2030

→ *Eixos*: conhecimento da Agenda, contribuição para metas, divulgação dos ODS.

→ *Exemplo de codificação*: “Conhecimento dos ODS, promoção de atividades ambientais” → atuação indireta.

As categorias abordaram missões das bibliotecas, gestão, parcerias, legislação e atuação frente aos ODS. Os dados foram tratados de forma a garantir o anonimato dos participantes.

4 Apresentação e discussão dos dados

As bibliotecas públicas desempenham um papel essencial na implementação da Agenda 2030 da ONU, sobretudo ao garantir o acesso à informação e a promoção da inclusão social. A partir do acesso público ao conhecimento, as bibliotecas permitem que as comunidades tomem decisões mais conscientes, contribuindo diretamente para os ODS. A IFLA (2015) destaca que as bibliotecas são agentes estratégicos para o desenvolvimento sustentável, uma vez que oferecem espaços para a disseminação de informações relevantes para os ODS, tornando-se aliadas na construção de sociedades mais justas e igualitárias.

No Brasil, a implementação da Agenda 2030 enfrentou diversos desafios em decorrência de mudanças normativas e políticas desde 2016 (QUADRO 2). A oscilação no compromisso governamental revelou sucessivas revogações de atos normativos que inicialmente orientavam a condução dos ODS.

Quadro 2: Políticas relativas aos ODS adotadas no contexto brasileiro, a partir de 2016

NORMATIVA	OBJETIVOS DAS NORMATIVAS
Decreto 8892/2016	Criação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) para articulação entre governo e sociedade para implementação da Agenda 2030.
Decreto 10179/2019	À SEGOV-PR competiu a governança das políticas e ações referentes aos ODS.

(revogação do Decreto 8892/2016)	
Decreto 9980/2019	Criação da Secretaria Especial de Articulação Social da – SEAS da SEGOV-PR para articulação dos Entes Federados e sociedade para condução e implementação da Agenda 2030.
Decreto 10591/2020 (revogação do Decreto 9980/2019)	Alteração de cargos em comissões e funções e alteração das competências da SEAS relativas à Agenda 2030.
Decreto 11209/2022 (revogação do Decreto 10591/2020)	Novo remanejamento e transformação de cargos em comissão e funções de confiança da SEGOV-PR.
Decreto 11382/2023 (revogação do Decreto 11209/2022)	Remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações para a Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Fonte: Elaboração do autor (2024).

Esse cenário causou retrocessos na execução de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Contudo, em 2023, a recriação da CNODS e a inclusão do ODS 18, focado na igualdade racial, representaram um marco na retomada do compromisso do governo brasileiro – gestão do Presidente Lula – com a Agenda 2030.

Em relação ao acesso à informação, destaca-se o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes – devido à sua relação direta com as bibliotecas públicas, em especial a Meta 16.10, que visa assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais. Os indicadores avaliados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam desafios significativos em diversas metas desse objetivo. Por exemplo, a Meta 16.1, que trata da redução da violência, apresenta estagnação, com aumento dos homicídios contra mulheres em razão da violência doméstica. Por sua vez, a Meta 16.6, referente à eficácia e transparência das instituições, sofreu retrocessos devido a mudanças na política fiscal e à limitação de recursos orçamentários. O cenário é agravado pela falta de indicadores consistentes para monitorar dessa meta, o que

dificulta a mensuração dos avanços no acesso à informação. (IPEA, 2024).

As bibliotecas públicas, segundo a IFLA (2015), têm potencial para mitigar esses desafios ao promover o acesso gratuito e aberto à informação. Considerando o chamamento da IFLA, que lançou o *International Advocacy Program* (IAP) ao publicar *Acesso e Oportunidade para Todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda 2030*, desde 2016 a FEBAB atua em *advocacy* para reforçar o papel das bibliotecas na implementação dos ODS no Brasil.

Nesse aspecto, sublinha-se a promoção de eventos como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), que vem discutindo a relação entre as bibliotecas e a Agenda 2030. As quatro últimas edições do CBBB – 2017-2024 – versaram sobre a construção de um mundo melhor, “não deixar ninguém para trás”, como apregoa a Agenda 2030.

- 2017 – 27º CBBB: “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a Agenda 2030”;
- 2019 – 28º CBBB: “Desigualdade e Democracia: qual é o papel das bibliotecas?”;
- 2022 – 29º CBBB: “Bibliotecas por um mundo melhor: década da ação”;
- 2024 – 30º CBBB: “Bibliotecas fortes: sociedades democráticas”.

Notabiliza-se que o CBBB têm sido uma instância substancial para a discussão do papel estratégico das bibliotecas, em especial das bibliotecas públicas, na promoção dos 18 ODS da Agenda 2030, com vistas à construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis. Em síntese, o QUADRO 3 aponta alguns indicativos desse espaço entre os anos de 2017 e 2024.

Quadro 3: Indicativos do CBBB entre os anos de 2017 e 2024

EDIÇÃO DO CBBB	APONTAMENTO GERAL
27º CBBB (2017) – Objetivos para o Desenvolvimento	Esta edição centrou-se na integração das bibliotecas à Agenda 2030 da ONU. Foram

Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a Agenda 2030	discutidas estratégias para que as bibliotecas contribuíssem efetivamente para os ODS, enfatizando a importância do acesso à informação e da inclusão social. Como resultado, foi aprovada uma moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 7920/2017 – propõe a eliminação de todos os documentos originais, após sua digitalização, evidenciando o posicionamento ativo das bibliotecas em questões legislativas que impactam o desenvolvimento sustentável.
28º CBBB (2019) – Desigualdade e Democracia: qual é o papel das bibliotecas?	Nesta edição, o foco foi o papel das bibliotecas na redução das desigualdades e na promoção da democracia. Foram apresentadas práticas e discussões sobre como as bibliotecas podem atuar como agentes de transformação social, promovendo a inclusão e o acesso equitativo à informação. O relatório do congresso destacou a necessidade de colaboração das bibliotecas na diminuição das desigualdades e no fortalecimento das habilidades necessárias para enfrentar essas demandas. Traz também uma manifestação pública contra o desmonte das políticas públicas para o setor, repúdio à falta de investimentos em bibliotecas públicas brasileiras, espaço democrático fundamental para uma efetiva transformação social para a população brasileira.
29º CBBB (2022) – Bibliotecas por um mundo melhor: década da ação	Esse congresso enfatizou a urgência de ações concretas das bibliotecas na promoção dos ODS durante a "década da ação". Foram discutidas iniciativas práticas e estratégias para que as bibliotecas contribuíssem efetivamente para um mundo mais sustentável e

	justo. Um dos resultados foi a elaboração do "Manifesto Político sobre Competência em Informação (COINFO) - 2022 – Bibliotecário: Profissional Luz", fruto dos debates ocorridos no "I Fórum de Debate sobre Competência em Informação". O tema central: "Competência em informação e Agenda 2030: combate à desinformação e às fake news para a promoção de sociedades inclusivas, pacíficas e justas", que teve como pauta a COINFO e os ODS 4, 16 e 17 da Agenda 2030 da ONU.
30º CBBB (2024) – Bibliotecas fortes: sociedades democráticas	Esta edição destacou a relação entre bibliotecas robustas e o fortalecimento das sociedades democráticas. Foram abordadas questões sobre como as bibliotecas podem atuar como pilares da democracia, garantindo acesso à informação, promovendo a liberdade de expressão e apoiando a participação cidadã. As atividades da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) no CBBB 2024, realizado em Recife, reforçaram a importância das bibliotecas na promoção de sociedades democráticas e informadas. Além do debate da Agenda 2030, outros fatores preocupantes se somaram a isso: o negacionismo (científico, climático, histórico), a proliferação das chamadas fake news, a redução da participação civil junto às instâncias de governo e as ameaças constantes à democracia.

Fonte: Adaptação da FEBAB (2024).

A partir do exposto e considerando o descompasso brasileiro na plena efetivação dos ODS (IPEA, 2024), a descontinuidade dos investimentos em políticas públicas para o setor (Paiva, 2008; Ferraz, 2015; Rocha, 2019; FEBAB, 2019), mapeamento das bibliotecas públicas no país distante de índices

satisfatórios e os dados disponíveis desatualizados (FEBAB, 2019), entre outras questões, compreende-se a importância de bibliotecas fortes nesse processo.

Destaca-se nesse contexto, a relevância das bibliotecas públicas – “entendida como um espaço público de cultura e educação, que possibilita meios para a inserção e desenvolvimento da população, em todas as áreas que afetam direta ou indiretamente a vida das pessoas” (FEBAB, 2019, p. 142), instituições tanto um direito humano como também imprescindíveis para a defesa da democracia, da liberdade de expressão e da inclusão de todos.

Contextualmente, em Minas Gerais evidencia-se a atuação do SEBPMG como exemplo prático de compromisso em relação à implementação dos ODS. Por intermédio do boletim Notícias do Sistema de Bibliotecas - MG e da coluna Sem Deixar Ninguém Para Trás, são disseminadas informações relacionadas aos ODS, destacando ações voltadas para grupos minoritários e vulneráveis. Durante a pandemia de COVID-19, o SEBPMG intensificou suas ações de capacitação via meio digital, ampliando o entendimento das equipes bibliotecárias acerca da Agenda 2030 e sua aplicação prática nas bibliotecas públicas do Estado.

Entretanto, a análise dos dados coletados na pesquisa revela que muitas bibliotecas públicas ainda enfrentam dificuldades para incorporar os ODS em suas práticas cotidianas. Apesar de algumas equipes das bibliotecas demonstrarem conhecimento sobre a Agenda 2030 e realizarem ações alinhadas a esses objetivos, uma parcela significativa apresenta desconhecimento ou não desenvolve atividades relacionadas aos 18 ODS. A falta de recursos financeiros e humanos foi apontada como um dos principais obstáculos para a ampliação das iniciativas, somada à visão tradicional que limita a atuação das bibliotecas públicas apenas ao empréstimo de livros e à disponibilização de acervos.

Em relação ao desenvolvimento e atualização dos acervos, aspecto fundamental ao acesso à

informação para a tomada de decisão consciente e informada, isso ainda é um ponto crítico para as bibliotecas públicas de Minas Gerais. Ficou evidenciado que muitas bibliotecas enfrentam dificuldades relacionadas à atualização e diversificação do acervo devido à escassez de financiamento público e apoio institucional. Apesar de haver uma lei para o livro, conforme apontado por Paiva (2008), Ferraz (2015), Rocha (2019) e a FEBAB (2019), as bibliotecas públicas padecem com acervos desatualizados, sobrevivendo com doações de membros da sua comunidade.

Essas limitações prejudicam a capacidade das bibliotecas de alinhar seus acervos às demandas contemporâneas, como aquelas relativas aos temas abordados na Agenda 2030. A ausência de investimentos contínuos impede a incorporação de publicações relevantes para os ODS, como temas emergentes relacionados à igualdade de gênero (ODS 5), redução das desigualdades (ODS 10) e sustentabilidade ambiental (ODS 13). Nessa seara, também existe uma lacuna na curadoria do acervo em relação à diversidade cultural, étnica e social. Muitas bibliotecas não possuem acervos que representem os grupos historicamente marginalizados, como a população negra, povos originários e tradicionais, e pessoas representativas da diversidade sexual e de gênero.

A falta de recursos para a aquisição de novos materiais, que deveriam refletir as transformações sociais e as novas demandas informacionais, impacta diretamente a garantia do acesso público à informação, relativa ao ODS 16, assim como dificulta a promoção de uma educação crítica e plural, essencial para a implementação do ODS 4 (Educação de Qualidade) e do ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Embora a IFLA (2022) saliente que além dos materiais tradicionais as coleções e serviços devem incluir todas as tipologias de mídias apropriadas e tecnologias modernas, muitas bibliotecas enfrentam dificuldades em implementar acervos e serviços digitais devido à falta de infraestrutura tecnológica, como consequência do desinvestimento público.

Essa limitação aprofunda a exclusão digital, acomete a garantia de acesso amplo e democrático à informação (ODS 16), especialmente em comunidades vulneráveis, contrariando o princípio da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”.

Embora algumas bibliotecas públicas empreendam esforços para disponibilizar materiais voltados à inclusão e à promoção da diversidade cultural, segundo os relatos dos sujeitos participantes da pesquisa, ainda existem lacunas no entendimento e na aplicação prática dos ODS. Reforça-se o potencial das bibliotecas para contribuir com diversos objetivos, como o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 18 (igualdade étnico-racial), entre outros. Algumas bibliotecas já desenvolvem projetos voltados para a inclusão social, como programas para populações em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência e idosos. Essas iniciativas demonstram que, apesar das limitações, as bibliotecas públicas podem se tornar agentes de transformação social ao oferecer serviços de informação voltados ao desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, é preciso refletir ainda que a análise qualitativa das respostas coletadas com os questionários e as entrevistas semiestruturadas revela uma lacuna entre o discurso institucional e a prática cotidiana. Há uma desconexão em algumas bibliotecas em relação ao entendimento dos ODS e sua aplicabilidade no contexto local. Enquanto alguns profissionais das bibliotecas públicas veem a Agenda 2030 como uma oportunidade para ampliar sua atuação social, outras questionam seu papel na implementação dos objetivos globais, priorizando demandas mais imediatas da comunidade local.

Para superar esses desafios, é fundamental investir em programas de capacitação contínua para os profissionais de bibliotecas, reforçar as estratégias de *advocacy* e garantir apoio governamental em nível municipal, estadual e federal. A IFLA (2022) ressalta a importância da formação continuada dos profissionais para que as bibliotecas possam oferecer serviços

eficazes e enfrentar os desafios do futuro. Além disso, a integração de ações intersectoriais, envolvendo outras políticas públicas, é essencial para ampliar o alcance das bibliotecas na promoção dos ODS.

Em síntese, as bibliotecas públicas possuem um papel estratégico na implementação da Agenda 2030, sobretudo ao facilitar o acesso à informação, promover a inclusão social e estimular o engajamento comunitário em prol do desenvolvimento sustentável. Para que possam desempenhar plenamente esse papel, é imprescindível o compromisso de gestores públicos e a mobilização contínua dos profissionais de bibliotecas em ações alinhadas aos ODS. Assim, as bibliotecas se afirmam como agentes vitais de mudança, contribuindo de forma efetiva para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

5 Considerações Finais

Apresentou-se neste texto as reflexões de uma pesquisa de doutorado defendida no PPGOC da Escola de Ciência da Informação Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo foi discutir a atuação das bibliotecas públicas de Minas Gerais em relação aos ODS da Agenda 2030.

Reflete-se que a discussão dos ODS entrelaçada à missão das bibliotecas públicas trouxe aportes ao campo de investigação da Biblioteconomia e a Ciência da Informação, áreas de conhecimento interdisciplinares que se atém ao estudo de práticas, sistemas e tecnologias relacionados à produção, organização, preservação, disseminação e uso da informação. Esses aportes aprofundam os estudos em torno da compreensão do papel social das bibliotecas públicas e das práticas que orientam e reforçam a importância da informação como um direito fundamental nesses espaços. Ao passo oferecem subsídios para o fortalecimento do papel dessas instituições na transformação social, orientando a adoção de políticas informacionais mais justas, inclusivas e sustentáveis. Ademais, proporciona elementos integrativos entre as bibliotecas públicas com

as redes comunitárias e as organizações sociais, fortalecendo seu impacto na promoção da cidadania e no desenvolvimento sustentável.

A partir do estudo, foi possível apreender que entre os principais desafios para a implementação efetiva das políticas públicas para as bibliotecas em Minas Gerais incluem-se: a descontinuidade dessas políticas, uma vez que são políticas de governo e não políticas de Estado; a insuficiência de recursos financeiros; e a ausência de uma legislação que vincule o financiamento dessas instituições ao orçamento público. Além disso, a precariedade na infraestrutura e na formação dos profissionais afeta a capacidade das bibliotecas públicas atender as necessidades de informação das comunidades.

A efetividade das políticas para bibliotecas públicas depende da construção de políticas públicas como políticas de Estado, já que os governos são transitórios. Isso requer a criação de marcos legais que garantam a continuidade dos programas, ações e projetos para as bibliotecas públicas, além do fortalecimento da participação social na definição e avaliação dessas políticas.

Sabendo que essa problemática afeta o Brasil como um todo, não somente Minas Gerais, a implementação efetiva das políticas para bibliotecas públicas demanda investimentos financeiros; a garantia da gestão técnica por bibliotecários e uma maior articulação entre os entes federativos – governos federal, estadual e municipal. A construção de políticas públicas como políticas de Estado é fundamental para assegurar a continuidade e o fortalecimento dessas instituições, que são essenciais para o desenvolvimento social e cultural.

A redução do orçamento federal destinado à cultura e educação, assim como a descontinuidade de políticas públicas voltadas para a modernização dos acervos são barreiras que impedem as bibliotecas de avançarem em sua missão social. Apesar dos esforços de advocacy como propõe a IFLA e, no contexto brasileiro, conduzido pela FEBAB, ainda há um descompasso entre as diretrizes internacionais

– como os ODS – e as práticas efetivas nas bibliotecas públicas brasileiras.

Os desafios relacionados ao acervo das bibliotecas públicas evidenciam diversas limitações que impactam diretamente a capacidade das bibliotecas públicas contribuírem com os ODS da Agenda 2030. Esses desafios estão ligados a questões estruturais, financeiras e de gestão, dificultando o alinhamento dos acervos às demandas sociais contemporâneas.

Em particular, o aspecto referente à capacitação adequada para os profissionais das bibliotecas compromete a implementação dos ODS. Sem formação contínua, os bibliotecários encontram dificuldades para identificar lacunas informacionais, selecionar materiais relevantes e implementar políticas de acervo que reflitam os princípios da Agenda 2030.

As bibliotecas públicas, a partir das missões-chave relacionadas à “informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural” contribuem para a implementação dos ODS, no sentido da construção de sociedades mais igualitárias, humanas, informadas e sustentáveis. Para tanto, recomenda-se que os gestores:

- Fortaleçam a presença da biblioteca no contexto digital;
- Aumentem a oferta de ações educativas e de leitura para promoção do livro, da leitura, da escrita e da literatura;
- Desenvolver acervos e serviços representativos da diversidade étnica, de gênero, das culturas afro-brasileiras, indígenas e quilombolas;
- Ampliem as atividades culturais em parceria com agentes culturais e sociais;
- Adotem as diretrizes da IFLA/UNESCO para o estabelecimento de padrões de funcionamento e gestão;
- Garantir acessibilidade e inclusão nos serviços bibliotecários e a participação comunitária nas decisões da biblioteca;
- Consolidem uma visão sistêmica e atuem em rede, com uma lógica colaborativa e não hierárquica;

- Defendam uma política nacional de cooperação e desenvolvimento;
- Busquem financiamento específico e sustentável junto à administração pública e, principalmente, que utilizem mecanismos de financiamento alternativo como: Leis de Incentivo à Cultura, ICMS Patrimônio Cultural, e parcerias público-privadas.

Mesmo diante de desafios estruturais e institucionais, as bibliotecas públicas podem alinhar seus serviços e acervos aos ODS com ações simples e estratégicas.

Em resumo, as bibliotecas públicas enfrentam múltiplos desafios para alinhar seus acervos aos ODS. Superar essas barreiras requer investimento público sustentável, capacitação contínua dos profissionais e a implementação de políticas de curadoria que priorizem a inclusão, a diversidade e o acesso aberto e equitativo à informação.

6 Referências

- ARAÚJO, E. A. (2002). *A palavra e o silêncio: biblioteca pública e Estado autoritário no Brasil*. Ed. Universitária
- BERNARDINO, M. C. R., & SUAIKEN, E. J. (2011). O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16(4), 29-41. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>.
- Brasil. (1992). *Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992: Dispõe sobre a criação de bibliotecas públicas em municípios carentes*. Diário Oficial da União. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretos/1990-1994/d0520.htm
- Brasil. (1937). *Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937: Cria o Instituto Nacional do Livro*. Diário Oficial da União. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretos-leis/1937-1946/del093.htm
- Brasil. (2003). *Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003: Institui a Política Nacional do Livro*. Diário Oficial da União. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm

- Brasil. (2018). *Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018: Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita*. Diário Oficial da União. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm
- Cunha, M. F. V. da. (2003). O papel social do bibliotecário. *Encontros Bibli: Revista eletrônica De Biblioteconomia E Ciência Da informação*, 8(15), 41–46. Recuperado de <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2003v8n15p41>
- Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. (2017). *Relatório: XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação (CBBDD)*. FEBAB. <http://repositorio.febab.org.br/items/show/7000>
- Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. (2019). *Relatório: XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação: Desigualdade e democracia: Qual o papel das bibliotecas?* FEBAB. Recuperado de <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4553>
- Ferraz, M. N. (2015). *Políticas do Estado de Minas Gerais para bibliotecas públicas (1983-2012)* [Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. Recuperado de <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AANGFL>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2024). *Agenda 2030: Objetivos de desenvolvimento sustentável: Avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis* (Cadernos ODS, 16). IPEA. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS16>
- International Federation of Library Associations and Institutions. (2015). *Conjunto de ferramentas: As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU*. IFLA. Recuperado de <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>
- International Federation of Library Associations and Institutions. (2019). *Acesso e oportunidade para todos: Como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas*. IFLA. Recuperado de <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf>
- International Federation of Library Associations and Institutions. (2022). *Manifesto da IFLA-UNESCO para bibliotecas públicas*. IFLA. Recuperado de <https://repository.ifla.org/server/api/core/bitstreams/d414c76e-17ef-4581-9c0f-cc6e250a2743/content>
- Koontz, C., & Gubbin, B. (Eds.). (2013). *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública* (2.ª ed.). Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Recuperado de <https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/1055>
- Lins, I. A. B. (2016). *Biblioteca pública, convergências e divergências: Chile, Colômbia e Brasil* [Dissertação de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20978>
- Lins, I. A. B. (2021). Relações entre a biblioteca pública e as políticas públicas: Cenas do passado e do presente, perspectivas para o futuro. In B. Lessa & I. Lins (Orgs.), *Para que serve a biblioteca pública?: Novas configurações para o século XXI* (pp. 232–249). EDUFBA. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37086>
- MENEGALE, J. G. (2022). *O que é e o que deve ser a biblioteca pública*. (2.ª ed.). Briquet de Lemos / Livros
- Minas Gerais. (1984). *Decreto nº 23.512, de 06 de abril de 1984: Dispõe sobre o Sistema Operacional da Cultura, organiza a Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências*. Minas Gerais Diário do Executivo, p. 6, col. 1. Recuperado de <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/23512/1984/>
- Minas Gerais. (2009). *Lei nº 18.312, de 20 de agosto de 2009: Institui a Política Estadual do*

Livro. Diário Oficial de Minas Gerais.
Recuperado de
<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/18312/2009/>

Minas Gerais. (2023). *Decreto nº 48.649, de 10 de julho de 2023: Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo*. Diário Oficial de Minas Gerais. Recuperado de <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48649/2023/>

Paiva, M. de A. M. (2008). *Bibliotecas públicas: Políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006* [Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. Recuperado de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/E-CID-7HUKTJ/1/disserta__o_marilia.pdf

Rocha, E. S. (2019). *Análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil* [Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37526>